



IDEOLOGIAS E GOVERNAMENTALIDADES: ALGUNS DESLOCAMENTOS PARA PENSAR A LÓGICA DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Kelin Valeirão – UFPel
Agência: CAPES

Resumo: O presente trabalho visa problematizar a educação contemporânea a partir do deslocamento conceitual entre ideologia presente na obra *A Ideologia Alemã* de Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels e o neologismo governamentalidade em Paul-Michel Foucault. Embora o conceito de ideologia, na referida obra, aparece enquanto falsa consciência, uma visão distorcida, uma representação idealizada pela classe dominante do que seria a realidade social e o neologismo governamentalidade aparece como sinônimo da arte de governar, um mecanismo discursivo que representa o campo a ser governado, ambos os conceitos podem ser utilizados como potentes maquinarias para conduzir a conduta dos sujeitos, cumprindo papéis similares na compreensão da lógica da educação contemporânea. A escola está cumprindo o seu papel: governando os sujeitos, num plano individual (constituição do sujeito) e num plano geral (manutenção da ordem social) e, seguindo este viés argumentativo, a chamada “crise da escola” começa a perder o sentido abominável e abre espaço à positividade do estado de crise.
Palavras-chave: ideologia, governamentalidade, educação contemporânea, Marx, Foucault

Sinto a necessidade de trazer algumas ressalvas acerca do termo “ideologia” em geral antes de adentrar na obra *A Ideologia Alemã*. Assim, cabe salientar ao leitor que, quando falamos em “ideologia” temos uma única certeza: estamos diante de um conceito complexo, polissêmico e amplo, assim como extremamente potente. Mesmo que pareça estar um pouco em desuso, não podemos negar a sua dimensão atual. Talvez nunca estivemos tão aprisionados à ideologia! Ao mesmo tempo, parece que nunca questionamos tanto a sua existência. Contudo, embora seja fundamental retomar a discussão sobre este assunto, é também necessário identificar os limites desse conceito. Afinal, com a disseminação do conceito acabasse pagando o preço da indefinição.

É sabido que, ao longo da história o termo foi adquirindo novos significados. Aparece pela primeira vez na França, após a Revolução Francesa (1789), no início do século XIX, em 1801, na obra intitulado *Eléments d’Ideologie*, de Antoine-Louis-Claude Destutt (1754-1836), o conde de Tracy, conhecido popularmente como Destutt de Tracy. Ainda na França, o termo adquiriu outra conotação. Tanto “ideologia” quanto “ideólogo” ganha um sentido pejorativo, advindo da declaração de Napoleão Bonaparte no discurso ao Conselho de Estado em 1812. Essa nova conotação, influenciada pelo viés político, produz igualmente uma nova

formulação do conceito, pois no lugar de significar “ciência das ideias” passa a representar, em princípio, as próprias ideias entendidas como ilusórias e abstratas.

Loureda (2009) no escrito intitulado *Ideales, idealidad e ideología* atenta para os problemas teóricos da ideologia, o que o autor chamará de “enfermidade polissêmica crônica” acerca do sentido da palavra ideologia, defendendo que por ideologia se entende quase tudo: ciência das ideias (Destutt de Tracy), sentido pejorativo (declaração de Napoleão no Conselho de Estado em 1812), falsa consciência (Marx e Engels), teoria não científica ou não lógico experimental (Pareto), visão do mundo de um grupo de pessoas (Mannheim), sistemas de concepções e ideias (dicionários e manuais). Além destes apontamentos acrescento a ideia de educação enquanto reprodução ideológica e transformação contra-ideológica (Severino, 1986), os grandes problemas políticos e sociais da segunda metade do século XX que segundo Bell (1980) sustentam-se na diferença entre dois tipos de ideologia, a saber: a ideologia do século XIX (universal, humanística, elaborada por intelectuais) e a ideologia do século XX (paroquial, instrumental, elaborada por líderes políticos).

Ainda nesta linha de pensamento, Debord (2008, p.136) irá dizer que “o que a ideologia era, a sociedade acabou sendo” e, em contrapartida, Pêcheux (1996) aponta a ideologia para além do *Zeitgeist*, ou seja, a ideologia vai além do espírito da época, da mentalidade da época e dos hábitos de pensamento de uma época. Já Žizek (1996, p.7-9) irá defender que “à guisa de simples reflexão sobre como o horizonte da imaginação histórica está sujeito a mudança, vemo-nos, *in medias res*, obrigados a aceitar a inexorável pertinência do conceito de ideologia”, e acrescenta que podemos “afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação”. Dito de outra forma, por ideologia podemos entender qualquer coisa e, por fim, o autor salienta: “quando um processo é denunciado como ‘ideológico por excelência’, pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico”. Žizek ainda descreve acerca do paradoxo da saída da ideologia ou da escravidão a ela.

Eagleton (1996), na discussão com Pierre Bourdieu acerca de seus livros, respectivamente: *Ideologia e Linguagem e potência simbólica*, apresenta algumas razões pelas quais o conceito de ideologia parece ser “supérfluo ou redundante”, a saber: inicialmente a ideia de que, “a teoria da ideologia parece depender de um conceito de representação; alguns modelos de representação têm sido questionados e, com isso, segundo se supõe, também a noção de ideologia” e, uma segunda razão que Eagleton aponta como talvez mais importante, é que “para identificar uma forma de pensamento como ideológica, seria preciso dispor de

uma espécie de acesso à verdade absoluta. Se a idéia de verdade absoluta é contestada, o conceito de ideologia parece desmoronar com ela” (Eagleton, 1996, p.266). Além destas duas razões, Eagleton acrescenta outras duas: a “falsa consciência esclarecida” e a “idéia de que o capitalismo tardio funciona por si, de que já não precisa passar pela consciência para ser validado” (Eagleton, 1996, p.266-267). No entanto, o autor salienta que têm as suas dúvidas, pois defende que embora há uma certa validade nestas quatro afirmações expostas, pretende preservar o conceito por entender que ele remete à noção de falsa consciência, a qual o autor pretende melhor investigar.

Como podemos perceber, nem toda forma ou figura ideal é ideológica, mas toda ideologia constitui-se numa forma de idealidade¹, uma vez que ideal e ideologia são facetas da mesma realidade. Poderíamos dedicar páginas e páginas dissertando sobre este controverso conceito que, como podemos ver, sofreu metamorfoses com o passar do tempo. Aqui, não tenho a pretensão de dizer: ideologia é... Entretanto, sem muitas delongas, ponho-me de acordo com a ideia de que é impossível viver sem ideologia! A sua presença é uma constância na vida de todos nós! Os sujeitos são conduzidos por um conjunto de ideias e normas que orientam seus atos, consciente ou inconscientemente. Isso significa que, muitas vezes, a ideologia é assumida; outras vezes, age imperceptivelmente. Muitas vezes nem nos damos conta de sua influência, porém as ideologias permanecem latentes e determinam as lentes que utilizamos para enxergar o mundo, determinam a visão de mundo que temos.

Embora o foco aqui presente seja o conceito de ideologia na obra *A ideologia Alemã*, de Marx e Engels onde os autores apresentam, de forma geral, a caracterização do conceito, antes disso, proponho uma percorrida no conceito de ideologia ao longo do pensamento de Marx, pois, como é sabido, podemos visualizar três momentos distintos na obra do autor, assim como identificar, no mínimo, mais dois sentidos para o conceito de ideologia, a saber: ideologia como conjunto de ideias e ideologia como representação ideológica.

Ideologia em Marx

Marx, vivendo na França durante dois anos na primeira metade da década de quarenta, do século XIX, acabou conhecendo o termo num duplo sentido, a saber: no de Destutt de Tracy (ideologia como doutrina geral das ideias) e no de Bonaparte (ideologia como ideias entendidas como ilusórias e abstratas). Contudo, o autor escreve sobre “ideologia em geral”, pois não se limita em dizer: ideologia é, tampouco apresenta um sentido único para o termo.

¹ Conjunto de formas universais da atividade que determina como finalidade e como lei a vontade do homem, é o esquema objetivo e a determinação social da atividade.

No *Dicionário do pensamento marxista* defende-se que duas vertentes influenciaram o conceito de ideologia na filosofia de Marx, a saber: “a crítica da religião desenvolvida pelo materialismo francês e por Feuerbach e a crítica da epistemologia tradicional e a revalorização da atividade do sujeito realizada pela filosofia alemã da consciência” (Bottomore, 2001, p.183).

Ainda sobre o conceito, apontamos três fases do termo na biografia de Marx: a 1ª fase (primeiros escritos até 1844) – a expressão “ideologia” ainda não aparece nos textos de Marx. Embora possamos entendê-la como sinônimo de consciência invertida enquanto fruto de uma realidade invertida; a 2ª fase (rompimento com Feuerbach em 1845 e vai até 1857) – o conceito “ideologia” é introduzido pela primeira vez, denotando um sentido negativo - “compreende uma distorção e a representação errônea das contradições” -; e restrito - “não abrange todos os tipos de erros e distorções” (Bottomore, 2001, p.184), e, finalmente, a 3ª fase (começa com a redação dos Grundrisse em 1858 e caracteriza-se pela análise concreta das relações sociais capitalistas adiantadas que culminam em *O Capital*. A palavra “ideologia” quase que desaparece desses textos.

Após a morte de Marx, o conceito de ideologia (negativo e restrito) passa a ser visto por comentadores de Marx como um conceito positivo, adquirindo um novo significado:

Outro importante fator que contribuiu para essa evolução no sentido de um conceito positivo de ideologia é o fato de que as duas primeiras gerações de pensadores marxistas posteriores a Marx não tiveram acesso ao texto de *A Ideologia Alemã*, que permaneceu inédito até a década de 1920. Assim, Plekhanov, Labriola e, mais significativamente, Lenin, Gramsci e o Lukács dos primeiros escritos não estavam familiarizados com a argumentação mais vigorosa de Marx e Engels em favor de um conceito negativo de ideologia. Na ausência dessa obra, os dois textos mais influentes para a discussão do conceito eram o “Prefácio” de 1859, de Marx, e o *Anti-Dühring*, de Engels, freqüentemente citados pelas novas gerações de marxistas. (Bottomore, 2001, p.185).

Este entendimento da positividade do conceito de ideologia em Marx, conforme exposto, advêm dos dois textos supracitados, a saber: *Prefácio* de 1859, de Marx e o *Anti-Dühring*, de Engels. Embora muitos dos escritos de Engels sejam compartilhados com Marx e vice-versa, irei me deter rapidamente a positividade do conceito de ideologia em Marx, ficando somente o “Prefácio” de 1859. Neste escrito, conforme sabemos, Marx (1982) irá defender que as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção o conduzem até o fim. Mais adiante, no mesmo texto, o autor descreve que decidiram elaborar em comum a oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã, tratando de acertar as contas com a consciência filosófica. Enfim, podemos perceber que, o autor apresenta dois sentidos para o

conceito de ideologia: inicialmente como um conjunto de ideias e, num segundo momento, como representação ideológica. Contudo, este sentido positivo do conceito foi apresentado somente para fins de esclarecimento, não será explorado nesta pesquisa.

Por uma questão de foco de interesse e também por perceber que podemos assinalar, no mínimo, três definições para o conceito de ideologia na obra de Marx, saliento que nesta pesquisa irei tratar do conceito de ideologia no sentido negativo e restrito, como falsa consciência, sendo essa a versão mais conhecida e utilizada. Feito estes esclarecimentos iniciais, adentramos mais propriamente na obra *A ideologia Alemã*.

Ideologia em *A Ideologia Alemã*

Na obra *A ideologia Alemã* é onde Marx e Engels apresentam a caracterização do conceito “ideologia”. Cabe salientar que, a análise tem como objetivo privilegiado um pensamento historicamente determinado (pensadores alemães posteriores ao Georg Wilhelm Friedrich Hegel). Marx faz a crítica ao Hegel utilizando-se dos argumentos de Feuerbach e, da mesma forma, faz a crítica ao Feuerbach fazendo uso dos argumentos da filosofia hegeliana. Ainda nesta esteira, podemos dizer que Marx faz uso do pensamento de Hegel como um diagnóstico:

[...] a crítica de Marx e Engels procura mostrar a existência de um elo necessário entre formas invertidas de consciências e a existência expressa, referindo-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta, uma clara conotação negativa e crítica (Bottomore, 2001, p.183-184).

Talvez nesta obra, como em nenhuma outra de Marx, ou de Engels, a ideologia ocupe um papel tão primordial. Uma vez que, acaba servindo como pano de fundo para explicitar como os homens, organizados em classes sociais, formulam ideias e qual o papel delas na vida social. Em outras palavras, com um único conceito-chave Marx e Engels acabam definindo uma instância da superestrutura. Se “produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx e Engels, 1993, p.27) não podemos esquecer que, produzir a vida material pressupõe produzir a representação desta vida², isto é, produzir a ideologia.

² Aqui cabe salientar que, não são somente as condições materiais de vida que definem o conjunto de ideias presentes nos homens. O homem possui desejos, fantasias, recalques, dentre outros sentimentos e sensações. Portanto, a análise das condições materiais de vida não dá conta da interpretação do mundo dos sujeitos. A forma como cada sujeito sente o universo que o cerca é um campo aberto de possibilidades. Não sentimos da mesma forma, mesmo os sujeitos que passam pelas “mesmas experiências”, não sentem igualmente os reflexos do que viveram!

Mas afinal, o que podemos entender pelo termo “ideologia” especificamente na obra *A Ideologia Alemã*? Proponho aqui, uma síntese explicativa. Inicialmente, parto do pressuposto de que a ideologia surge, na referida obra, como um conceito negativo e restrito, isto é, a ideologia enquanto sinônimo de consciência invertida ou falsa consciência. Já que a consciência está ligada às condições materiais de vida e ao intercâmbio econômico entre os homens e ela não condiz com as relações materiais que os homens vivem de fato. A grosso modo, os homens fazem representações a respeito de suas vidas, mas estas são meras aparências:

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx e Engels, 1993, p.37).

Ao se estabelecer uma determinada forma de divisão do trabalho é determinado também o lugar de cada sujeito dentro do processo produtivo. Neste sentido, as relações de propriedade vigentes, o poder político de certos grupos exercido sobre outros e as formas de exploração do trabalho que uma determinada classe social consegue implantar numa determinada época histórica estabelece e determina o que cada sujeito deve fazer, o modo como deve trabalhar e viver.

Resumidamente, para Marx no capitalismo há os proprietários dos meios de produção (donos das fábricas, por exemplo) e aqueles que, ao serem desprovidos de meios de produção, restam vender a sua força de trabalho em troca do pagamento de um salário. Todavia, a crítica estabelecida por Marx é que, para os homens que vivem no sistema capitalista esta forma de divisão de trabalho é algo normal, natural, como se sempre fosse assim e, ainda mais, como se tivesse que continuar sendo para todo o sempre. Os homens não vêem a sociedade capitalista como uma sociedade historicamente construída pela luta entre uma classe, que tem a intenção de ser a classe dominante (a burguesia) e outra, que acaba sendo submetida à classe dominante, a classe proletária (proletariado). Com o passar do tempo, a sociedade capitalista se estabiliza, sendo concebida, na vida cotidiana, como a única sociedade possível.

Como se não bastasse, para legitimar ainda mais a ideia da naturalidade, de que uns têm os meios de produção e outros sua força de trabalho, há o poder da ideologia dominante que faz um certo ocultamento da realidade social, permitindo a legitimação e a dominação. Por isso, Marx afirma que a ideologia dominante numa dada época histórica é a ideologia da classe dominante:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios da produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; as relações materiais dominantes concebidas como idéias, portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação (Marx e Engels, 1993, p.72).

Marx e Engels definem como ideológica toda tentativa de explicar qualquer relação social a partir das formas cristalizadas de consciência social, considerando que proceder desta forma implica em inverter a determinação real. Já que, segundo os autores, “em cada fase histórica, ‘o homem’ foi introduzido sorrateiramente por sob os indivíduos anteriores e apresentado como força motriz da história”, produzindo ilusões e ocultando a realidade. E acrescentam: “graças a esta inversão, que desde o início faz abstração das condições reais, foi possível transformar toda a história num processo de desenvolvimento da consciência” (Marx e Engels, 1993, p.107). Podemos afirmar que, se a ideologia sobrepõe-se às consciências individuais, cada ser social representa a organização social e o seu papel nesta não a partir de sua consciência pura, mas o faz mediado pelas próprias relações que contrai, logo, aprisionado e moldado pelas formas de consciência social (coletiva).

Dito isso, passo ao neologismo governamentalidade no pensamento de Foucault, para que mais tarde, após esta explanação, retorne ao deslocamento conceitual para problematizar a educação contemporânea.

O neologismo governamentalidade

Ao estudar o pensamento foucaultiano, parece que, num determinado momento, há um refinamento no tocante à questão do poder que pode ser considerado como um progressivo aperfeiçoamento teórico a partir dos domínios empíricos trabalhados. Ao mapear os desdobramentos de seu trabalho, há diversas categorias utilizadas para identificar e entender a dinâmica do funcionamento do poder: poder soberano, poder disciplinar, biopoder, governamentalidade, dentre outras. Elas são diferentes tecnologias de poder postas em funcionamento.

Talvez nos cursos *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), ministrados no Collège de France, seja onde Foucault melhor tenha definido e explorado o novo campo de pesquisa que chamou de “racionalidade governamental” ou “governamentalidade”. Contudo, estes estudos ainda são insipientes para

nós, uma vez que a centralidade do tema da racionalidade governamental faz parte dos estudos posteriores de Foucault e ainda há muitos materiais, principalmente publicados entre 1976 e 1984 que não temos acesso.

O termo governamentalidade deriva da tradução da palavra de língua francesa *gouvernementalité*. Na aula de 1º de fevereiro de 1978, quarta aula do curso *Segurança, Território e População* ministrado no Collège de France (1977-1978), Foucault propõe três caracterizações para a palavra “governamentalidade”, a saber:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por objetivo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008a, p.143-144).

A governamentalidade constitui-se numa ferramenta de pesquisa, numa lente que permite enxergar como operam os dispositivos de seguridade, um campo estratégico de relações de poder (dispositivo poder-saber). Podemos entendê-la como a articulação entre a dimensão política e a dimensão ética, pois, até 1979, o conceito aparece como uma estratégia para governar os outros (processo de governamentalização do Estado) e, nos anos 80, aparece como uma estratégia para governar a si mesmo.

Com o neologismo “governamentalidade”, Foucault apresenta não somente a matriz da razão política moderna, mas também todo um histórico de como pouco a pouco o Ocidente foi-se governamentalizando. Assim, a governamentalidade pode ser entendida como uma categoria metodológica que permite nos deslocar do estudo das instituições e nos interrogar acerca das tecnologias de poder: suas estratégias e táticas. Ela irá se desenvolver como uma razão de Estado e terá como princípio não o fortalecimento do monarca, mas o fortalecimento do próprio Estado. Para Foucault, foi justamente no momento histórico em que o Estado começava a praticar seus maiores massacres que também começou a se preocupar com a saúde física e mental dos indivíduos. Esta arte de governar implica um saber, que não é meramente a justiça, mas, sim, uma ciência de governo.

Na primeira aula, 10 de janeiro de 1979, do curso *Nascimento da Biopolítica* Foucault traça a história da arte de governar, apresentando como objetivo estudar a maneira de se fazer

o melhor governo e a reflexão sobre a melhor forma de governar. O governo como prática só existe dentro de um regime de racionalidade (conduzir condutas) com diferentes objetos, regras gerais e seus objetivos de conjunto para se governar da melhor maneira possível. Em síntese, o estudo do governo é o estudo da racionalização da prática de governar no exercício da soberania política. Para isso, abandona os universais como, por exemplo, o Estado, o sujeito, o povo, dentre outros.

Segundo Gordon (1991), com o neologismo governamentalidade Foucault está preocupado com as práticas de governo. Ele não diz que a teoria do Estado é vazia, porém em uma palestra ele chama o “contrato social de blefe” e a “sociedade civil de conto de fadas”. O que podemos identificar sem ressalvas é que:

Foucault avança a tese de uma interdependência regular, embora diferentemente efetivada, entre o “governo de homens” e o que ele chama de “manifestação da verdade”. Uma versão ocidental da arte do governo, conseqüentemente, é “governo em nome da verdade” (Gordon, 1991, p.8)³.

Um pouco acerca desta questão, aponto a diferenciação proposta pelo professor Veiga-Neto sobre os conceitos, a saber: governo e governmentamento. Foucault faz uso destas palavras que em algumas línguas estrangeiras apresentam um significado diferenciado. Contudo, na língua portuguesa, não há esta diferenciação, sendo ambas sinônimas de “governo”. Assim, podemos entender a palavra associada à instituição do Estado (Governo do Município, Governo do Estado, Governo da República, dentre outros tantos) e ação de governar (uma cidade, uma escola, uma família, uma criança, dentre outras tantas possibilidades).

Este segundo sentido, ação de governar, significa práticas múltiplas, pois “[...] o que está grafado como ‘práticas de governo’ não são ações assumidas ou executadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” e o professor Veiga Neto (2005, p.21) acrescenta: “soa bem mais claro falarmos aí em ‘práticas de governmentamento’”. Já que “governo” está associado, de forma geral, a uma instituição centralizadora de poder (como, por exemplo, ao Estado). Desta forma, ao me referir à ação de governar, irei utilizar o termo governmentamento para designar uma prática de governo que não está necessariamente vinculada à instituição estatal.

Foucault chega a inferir que o aspecto mais próprio do poder é a relação específica de governo. Trata-se de ações sobre as condutas, sobre as possibilidades de ação dos outros. E se uma especificidade do poder é a ação sobre as ações, cabe colocar que isso nos leva a deduzir

³ Tradução de Leny Belon Ribeiro, do original “Foucault advances the thesis of a regular, though variously actualized interdependence between the ‘government of men’ and what he calls the ‘manifestation of truth’. One western version of the art of government, accordingly, is ‘government in the name of the truth’” (Gordon, 1991, p.8).

que as relações de poder não são da ordem do consentimento, enquanto renúncia da liberdade, pois, para as relações de poder existirem, há um pré-requisito: a liberdade. Esta premissa já nos aponta que o conceito de ideologia não pode ser apreciado unicamente sob a significação de uma “má consciência” imposta de cima para baixo. Por outro lado:

Foucault parece estar propondo uma análise crítica sem possibilidades reformistas ou evolucionárias para mudança. Assim, a meta-história de Foucault supõe uma posição intelectual que é diferente do uso tecnocrático ou pragmático da história para reforma institucional, e diferente também do uso marxista da história para a crítica ideológica ou para alguma alternativa socialista global. No marxismo, pressupõe-se que uma ideologia, ao invés de uma regularidade arqueológica, depende da anuência distorcida de agentes ou das funções servidas pela anuência distorcida. Assim, a crítica da ideologia, quando desmistificada as origens de nossos falsos interesses, leva-nos a reconhecer os nossos interesses verdadeiros, e estes são historicamente “objetivos” – são aqueles que, de algum modo, levam-nos na direção da solução socialista, em última instância, da revolução (Rajchman, 1987, p.43).

Acerca do deslocamento

No interior do fluxo reflexivo do pensamento de Foucault há deslocamentos conceituais e aqui proponho expor especificamente os deslocamentos sucessivos tratados no curso *Do governo dos Vivos* (1979-1980): da noção de ideologia dominante para a noção de saber-poder e da noção saber-poder para a noção de governo pela verdade, ou, a grosso modo, o deslocamento do conceito de “ideologia” na obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels para o neologismo “governamentalidade” em Foucault. Sabemos que, este último conceito cunhado por Foucault surge como uma estratégia de poder voltada para governar, conduzir as condutas dos outros e a sua própria conduta. No entanto, fica o questionamento:

[...] o que significa essa recusa em termos de ideologia? Eu poderia dizer nesse ano o seguinte: existe uma maneira, eu creio, tradicional, antiga, perfeitamente nobre, de colocar a questão filosófica ou política dizendo que no momento em que o sujeito se submete voluntariamente a uma ligação de verdade numa relação de conhecimento; quer dizer, no momento que ele pretende, após lhe serem dados os fundamentos, os instrumentos, as justificações com as quais ele pretende sustentar um discurso de verdade, a partir daí, o que é que ele pode dizer sobre, ou para, ou contra o poder que o assujeita? Dito de outro modo, a ligação voluntária com a verdade, o que ela pode dizer sobre a ligação involuntária que nos prende e nos dobra ao poder? Essa, creio eu, é a maneira tradicional, maior, de colocar a questão filosófico-política (Foucault, 2010, p. 59-60).

Ao longo da história do pensamento político e filosófico da humanidade, o poder sempre teve um destaque enquanto tema de reflexão e debate. Foucault propõe subverter a lógica de como o conceito de poder era até então pensado. Ao invés de perguntar: o que é o poder? O filósofo traz a tarefa crítica de nos questionar: como se exerce o poder? Assim, não faz mais sentido falar de “poder” no singular (poder da classe dominante, por exemplo), mas como um campo de múltiplas “relações de poder”. Logo, não há uma sociedade sem relações

de poder e Foucault propõe que estas relações de poder sejam entendidas como jogos estratégicos que buscam conduzir a conduta dos outros. Segundo Foucault:

O termo “conduta”, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo” (Foucault, 1995, p.243-244).

Entendido isso, talvez a riqueza do deslocamento entre o conceito de ideologia na obra de Marx e Engels e o neologismo em Foucault se consolide a partir da expressão “conduzir a conduta”, buscando uma única e exclusiva finalidade conduzir a conduta dos sujeitos. Governar⁴ os sujeitos! Contudo, precisamos tomar cuidado para não cairmos numa emboscada. Uma vez que estamos lidando com dois autores que partem de prismas diferentes. Com isso, cabe tomarmos alguns cuidados!

A ideologia é parte do embate histórico, parte significativa das relações de poder, jamais um bloco único, estrutura fundamental e primária. Logo, percebemos que, para Foucault, a história humana é percebida através de práticas e discursos os quais efetivamente condizem à realidade de modo que não cumpre aos objetos determinarem a consciência do fenômeno, mas justamente o oposto: são as práticas que determinam aquilo que o objeto é de fato, como ele se mostra e se insere no bojo da história, suas mutações e significações. Nestes termos, seria equivocado entender os eventos históricos somente sob o peso da ideologia já que esta, em última instância, diz respeito a uma idealização nobre e vaga que tenta explicar o desenvolvimento da História como se os objetos determinassem as práticas e os discursos, e não o contrário disso. Eis porque a metodologia de análise da História, para Foucault, prima pela problematização dos discursos e das práticas ao invés do desvelamento sob o peso das ideologias.

A ideologia é parte dessas relações, assim como a dominação do homem pelo homem e do homem sobre a natureza não poderia ser senão uma parte dessa problemática. Assim, seria um disparate, segundo a concepção foucaultiana, supervalorizar o conceito de ideologia de modo a dispô-la como a mola propulsora da dominação e da barbárie:

⁴ Para Foucault, governar “[...] é estruturar o eventual campo de ação dos outros”. As relações de poder não são da ordem “[...] da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais do que instrumentos); porém, do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (Foucault, 1995, p.244).

Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. Nem a relação de dominação é mais uma “relação”, nem o lugar onde se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. Seria um erro acreditar, segundo o esquema tradicional, que a guerra geral, se esgotando as suas próprias contradições, acaba por renunciar à violência e aceita sua própria supressão nas leis da paz civil. A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida. O desejo da paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral, ou o útil calculado que deram nascimento à regra, são apenas seu resultado e propriamente falando sua perversão [...]. A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação. (Foucault, 1982, p. 24-25).

E acrescenta:

[...] delinea fatos gerais de dominação, que esta dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária; que os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais do poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais, e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistências; que não se deve, portanto, pensar um fato primeiro e maciço de dominação (uma estrutura binária com, de um lado, os “dominantes” e, de outro, os “dominados”), mas, antes, uma produção multiforme de relações de dominação, que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto [...] (Foucault, 2006, p.248-249).

Algumas observações que podemos estabelecer acerca desta pesquisa. Perceber que, enquanto o conceito de ideologia presente em *A Ideologia Alemã* aparece como “falsa consciência”, ou seja, uma ideia distorcida, uma representação idealizada pela classe dominante do que seria a realidade social; o neologismo governamentalidade aparece como um mecanismo discursivo que representa o campo a ser governado, ou seja, o governo pela verdade – sendo a verdade um constructo histórico não pode esta ser resumida a uma única representação social, da classe dominante. Além disso, segundo Miller e Rose (1993) a governamentalidade é programática e tem um caráter discursivo, assim “a especificidade da governamentalidade, como tem tomado forma n ‘o Ocidente’ nos dois últimos séculos, reside neste complexo entrelaçar de procedimentos de representação e intervenção”⁵ (Hacking *apud* Miller; Rose, 1993, p.81). A partir das explanações acima percebemos que embora os conceitos sejam distintos teoricamente ambos podem ser utilizados como potentes

⁵ Tradução de Leny Belon Ribeiro, do original “The specificity of governmentality, as it has taken shape in ‘the West’ over the last two centuries, lies in this complex interweaving of procedures for representing and intervening” (Hacking *apud* Miller; Rose, 1993, p.81).

maquinarias para governar, para “conduzir a conduta” dos sujeitos, ou seja, ambos cumprem papéis similares na compreensão da lógica da Educação Contemporânea.

Referências:

BELL, Daniel. Epílogo. O fim da Ideologia no Mundo Ocidental. In: *O fim da Ideologia*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p.319-332.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Co-edit. HARRIS, L; KIERNAN, V. G; MILIBAND, R. Trad. Waltensir Dutra; Org. brasileira, rev. técnica e pesquisa bibliográfica suplementar Antônio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.183-187.

BOURDIEU, P; EAGLETON, T. A *Doxa* e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.265-278.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. em português www.terravista.pt, versão para eBooksBrasil.com, 2003.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.179-226.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 15-37.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

_____. Entrevista sobre a Prisão: o Livro e o Seu Método. *Ditos & Escritos*, vol IV – *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.159-174.

_____. *Segurança, Território, População (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Do governo dos vivos (1979-1980)*. Tradução, transcrição, notas e apresentação de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

GORDON, Colin. Governmental rationality: na introduction. In: BURCHELL, G; GORDON, C; MILLER, P. *The Foucault Effect: studies in governmentality: with two lectures by and na interview with Michel Foucault*. Edited by Graham Burchell, Colin Gordon, and Peter Miller, 1991, p.1-8.

LOUREDA. R. Z. Ideales, idealidad e ideología. In: MARTÍN, L. S; SUÁREZ, M. V; LEÓN, R. P; CRUZATA, A. L. R (org.). *Filosofia Marxista I*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2009, p.169-177.

MARX, Karl. Prefácio. In: *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Introd. Jacob Gorender, trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.23-27.

_____. *A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MILLER, P; ROSE, N. Governing economic life. In: GANE, M; JOHNSON, T. (ed.). *Foucault's new domains*. Londres: Routledge, 1993, p.75-105.

PÊCHÊUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.143-152.

RAJCHMAN, John. *Foucault: A liberdade da Filosofia*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, Ideologia e Contra-Ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas* Rio de Janeiro: Dp&A editora, 2005, p.13-34.

ZIZEK, Slavoj. Introdução. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.7-38.